Docusign Envelope ID: 8315BBD4-4078-87EF-834E-F6DB97F2F77E

Arklok Equipamentos de Informática S.A.

CNPJ nº 10.489.713/0001-14

Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	146.111	75.887
Contas a receber	6	62.863	58.773
Impostos a recuperar		8.440	21.995
Instrumentos Financeiros Derivativos	19	2.189	16.088
Outros ativos circulantes		6.933	6.124
		226.536	**178.867**
Não circulante			
Imobilizado	7.1	591.441	513.467
Intangível	7.2	23.247	14.275
Arrendamentos - Direito de Uso	8	7.508	1.775
Tributos diferidos		12.293	15.974
		634.489	**545.491**
Total do ativo		**861.025**	**724.358**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	9	66.684	79.413
Empréstimos e financiamentos	10	83.717	136.481
Obrigações trabalhistas		16.391	12.443
Obrigações tributárias		4.044	1.672
Passivo de arrendamento	8	1.480	692
Outras contas a pagar		741	3.741
		173.057	**234.441**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	662.919	443.156
Passivo de arrendamento	8	6.523	1.239
Fornecedores	9	6.380	-
Outras contas a pagar		1.340	-
Obrigações tributárias		705	-
Contingências	11	941	177
		678.808	**444.572**
Patrimônio líquido			
Capital social	12. a)	4.953	4.953
Reservas de lucro		-	5.061
Reservas de capital		15.455	41.069
Outros resultados abrangentes		(11.248)	(5.738)
		9.160	**45.345**
Total do passivo e patrimônio líquido		**861.025**	**724.358**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	13	350.859	279.517
Custo dos serviços e das mercadorias vendidas	14	(201.722)	(162.817)
Lucro bruto		**149.137**	**116.700**
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesa comercial	15	(20.101)	(23.718)
Despesas gerais e administrativas	16	(45.386)	(35.086)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(3.051)	(4.313)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**80.599**	**53.583**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	8.551	11.440
Despesas financeiras	17	(111.962)	(77.073)
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(22.812)**	**(12.050)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(8.112)	13.017
Lucro líquido do exercício		**(30.924)**	**967**
Resultado por ações- R$		**(0,0062)**	**0,0002**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	(30.924)	967
Outros resultados abrangentes, que podem subsequentemente ser classificados para o resultado		
Reserva de hedge - mudanças no valor justo	(14.088)	(8.695)
Tributos diferido - Perda líquida sobre hedge de fluxo de caixa	2.839	2.956
Resultado abrangente total do exercício	**(42.174)**	**(4.772)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**(30.924)**	**967**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.112	(13.017)
Juros sobre empréstimos	10	109.289	73.043
Juros apropriados - arrendamento mercantil	8	752	240
Depreciações	7.1	129.948	120.446
Baixas de ativo imobilizado	7.1 e 7.2	7.572	4.991
Amortizações Intangível	7.2	19.071	6.123
Amortização do direito de uso	8	1.649	1.225
Baixa de direito de uso	8	171	26
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	6	4.085	1.130
Opções outorgadas		250	466
Perda líquida sobre hedge de fluxo de caixa		2.840	(7.956)
		252.812	**187.684**
Redução/(aumento) em ativos operacionais:			
Contas a receber	6	(8.174)	(20.179)
Impostos a recuperar		9.124	(12.310)
Depósitos judiciais		-	25
Outros ativos circulantes		(809)	(4.423)
		141	**(36.887)**
Aumento/(redução) em passivos operacionais:			
Obrigações tributárias		3.077	1.009
Obrigações trabalhistas		3.948	4.033
Contingências	11	764	16
Outras contas a pagar		(8.007)	14.135
		(218)	**19.193**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**252.735**	**169.990**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adição de Imobilizado	7.1	(210.907)	(212.285)
Título de capitalização		-	78
Adição de Intangível	7.2	(32.630)	(14.747)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(243.537)**	**(226.954)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de passivo de arrendamento	8	(2.233)	(1.461)
Pagamento e diferimento de custos de captação de recursos	10	(10.393)	(3.466)
Empréstimos Captação	10	755.823	408.198
Amortização de empréstimos (principal e swap)	10	(596.348)	(292.969)
Juros pagos	10	(85.823)	(61.115)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento		**61.026**	**49.187**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**70.224**	**(7.778)**
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	5	75.887	83.665
No fim do exercício	5	146.111	75.887
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**70.224**	**(7.778)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

			Reserva de Capital		Reservas de Lucro					
	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de Investimentos	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de dividendos	Reserva de Retenção de Lucro	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**4.953**	**40.603**	**-**	**234**	**1.110**	**4.090**	**(738)**	**-**	**50.251**
Lucro (Prejuízo) do exercício	12 c)	-	-	-	-	-	-	-	967	**967**
Deliberação para pagamento de dividendos		-	-	-	-	(1.110)	-	-	-	**(1.110)**
Constituição de reserva legal	12 e)	-	-	-	48	-	-	-	(48)	**-**
Constituição para reserva de investimento		-	-	-	-	-	689	-	(689)	**-**
Perda líquida sobre hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	(7.957)	-	**(7.957)**
Tributos diferidos sobre derivativos		-	-	-	-	-	-	2.956	-	**2.956**
Opções outorgadas		-	-	466	-	-	-	-	-	**466**
Constituição dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	(230)	**(230)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**4.953**	**40.603**	**466**	**282**	**-**	**4.779**	**(5.738)**	**-**	**45.345**
Lucro (Prejuízo) do exercício	12 c)	-	-	-	-	-	-	-	(30.924)	**(30.924)**
Absorção reserva de investimentos		-	(25.863)	-	(282)	-	(4.779)	-	30.924	**-**
Perda líquida sobre hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	(8.350)	-	**(8.350)**
Tributos diferidos sobre derivativos		-	-	-	-	-	-	2.839	-	**2.839**
Opções outorgadas		-	-	250	-	-	-	-	-	**250**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**4.953**	**14.740**	**715**	**-**	**-**	**-**	**(11.248)**	**-**	**9.160**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Arklok Equipamentos de Informática S.A. ("Companhia" ou "Arklok") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Caio Contrim, n.º 1.174, Galpões 3 e 4, Condomínio Empresarial Onix, bairro Itaqui, CEP 06696-060. A Arklok tem como principal atividade operacional a locação de equipamentos de informática, tais como desktops, notebooks, tablets, entre outros, atendendo empresas de diversos setores em todo o território nacional. A Companhia oferece soluções completas de outsourcing de TI, incluindo suporte técnico, manutenção e serviços customizados conforme as necessidades de seus clientes. Também realiza internamente os serviços de conserto e manutenção dos ativos locados, com o objetivo de garantir elevada disponibilidade dos equipamentos e excelência no atendimento. Em 6 de janeiro de 2023, a Companhia recebeu investimento majoritário de um fundo de *private equity*, cujos recursos foram destinados à aquisição de novos equipamentos, atração de novos talentos e aprimoramento de controles e processos internos.

2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando e está convencida de que ela possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

3.1* Declaração de conformidade*: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (NBC TG(s)) emitidas e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Para fins de melhor apresentação das demonstrações contábeis, alguns saldos foram reclassificados dentro do mesmo grupo de divulgação. Para a elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do grupo e/ou subgrupo ao qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes ou materiais. ***3.2* Moeda funcional*:*** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$). Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. ***3.3* Estimativas contábeis críticas*:*** As demonstrações contábeis são elaboradas a partir de diversas bases de avaliação utilizadas nas premissas e estimativas contábeis, considerando fatores objetivos e subjetivos, por meio do julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise de riscos para determinação de provisões, revisão da estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível e análise de recuperação dos ativos de longo prazo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas: • Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD): A Companhia utiliza a abordagem simplificada conforme normas aplicáveis de instrumentos financeiros, na mensuração das perdas de crédito esperadas. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base na metodologia e evolução histórica, e a perda prevista ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada aos recebíveis para todo o saldo de contas a receber. • Depreciação: A Companhia apresenta os saldos deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração o mês em que os equipamentos locados são enviados e estão disponíveis para uso do cliente, ou seja, a partir da nota fiscal de remessa, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizadas de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis. A estimativa de vida útil está detalhada na nota explicativa n° 4.3. • Amortização: A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. A estimativa de vida útil está detalhada na nota explicativa n° 4.4. • Provisões para ações judiciais: As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando a Administração, com base na posição dos advogados internos e externos da Companhia, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa é provável e que haverá saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com segurança suficiente. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias quando aplicáveis podem incluir demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, cujos montantes são registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal. **3.4 Aprovação das Demonstrações Contábeis*:*** As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1° de abril de 2026 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento do exercício findo 31 de dezembro de 2025, quando aplicável. **3.5 Saldos comparativos*:*** Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas do exercício comparativo foram reclassificados para permitir a comparabilidade entre as informações do período corrente e do exercício anterior; porém, devido à imaterialidade dos montantes, tais reclassificações não estão sendo detalhadas. As referidas reclassificações não impactaram o resultado do exercício nem o patrimônio líquido anteriormente divulgados.

4. Principais práticas contábeis adotadas

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **4.1 Caixa e equivalentes de caixa*:*** Os recursos em caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, contados da data da contratação. **4.2 Contas a receber de clientes*:*** O contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou pela revenda de equipamentos no curso normal de suas atividades. A Companhia concede prazo aos clientes, sendo esse prazo considerado pela Administração como parte das condições comerciais inerentes às operações, não caracterizando uma operação de financiamento. A rubrica de contas a receber é apresentada pelo seu valor líquido deduzidos a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída no exercício. As informações de contas a receber por vencimento onde estão considerados títulos vencidos e a vencer, são apresentadas pelo valor do faturamento realizado não deduzidas da provisão para perdas de créditos duvidosos e não são avaliadas a valor presente no momento inicial do seu registro. A Companhia adota a política de perdas de crédito para os seus recebíveis, ou títulos a vencer, estabelecida a partir de uma matriz de provisão baseada na média histórica de perdas de crédito, ajustada por fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua, bem como, e por qualquer garantia financeira relacionada aos recebíveis, aplicada sobre todo o saldo de contas a receber. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses ativos. **4.3 Imobilizado*:* Reconhecimento e mensuração*:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição. Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado. Os gastos com aquisição e implementação são capitalizados como ativo imobilizado, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica conforme pronunciamento técnico vigente (CPC 27). O reconhecimento é estabelecido por meio de controles dos gastos necessários para colocar o ativo em condições de uso, incluindo aqueles incorridos na implementação e preparação do bem para sua operação, visando a geração de seu benefício econômico futuro esperado, conforme descrito a seguir: **Transporte:** os gastos logísticos (fretes) utilizados na implantação de novos equipamentos, quando diretamente atribuíveis à colocação do ativo em condições de uso. **Prestações de Serviços**: todos os custos de investimentos relacionados aos parceiros técnicos, utilizados na implantação, desde que diretamente vinculados à instalação e preparação do ativo. **Alocação de Pessoal**: todos os custos diretamente relacionados a implantação, ou seja, gastos da folha referente as pessoas alocadas nas novas ativações/implantações. **Depreciação*:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que expedidos para uso do cliente. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado do exercício com base no método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos bens e seus respectivos valores residuais. Assim os itens do ativo imobilizado que estão em produção ou implantação não são depreciados até que esse processo de disponibilidade e aceitação pelo cliente seja realizado. A Companhia revisitou a vida útil de seus ativos imobilizados locados em 2025, com o auxílio de uma empresa especializada. As mudanças foram tratadas como alterações de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos, conforme CPC 23 (IAS 8), considerando a realidade operacional e tecnológica. Apresenta-se abaixo o quadro comparativo das vidas úteis revisadas dos ativos, referente aos exercícios 2025 e 2024:

Classificação	31/12/2025 % ao ano	31/12/2024 % ao ano
Computadores, equipamentos de telefonia e periféricos	2 a 8 anos	5 anos

Como resultado dessa revisão, foram alteradas as estimativas de vida útil de forma prospectiva, as quais servem de base para fins de cálculo da depreciação. As taxas de depreciação estão detalhadas na nota explicativa n° 7.1. Caso exista alguma evidência significativa, o valor residual será avaliado anualmente pela Administração ou por especialistas da Companhia para revisão, onde serão apurados com base na estimativa de recuperabilidade ou venda deste ativo no mercado atual. Todo impacto decorrente de alteração na estimativa de valor residual, terá efeitos prospectivos a sua avaliação. Em 2025 não foram encontradas evidências de redução ao valor recuperável apurados com base na estimativa de recuperabilidade ou venda deste ativo no mercado atual. **4.4 Intangível*:*** Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável ("*Impairment*"), quando aplicável. As licenças de programas de computador (softwares) adquiridas são capitalizadas e amortizadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada, observadas as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível. **4.5 Empréstimos e financiamentos*:*** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente mesurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As modalidades de recursos captados pela Companhia são: leasing captados no exercício de 2023 e anos anteriores, e notas comerciais e empréstimo em moeda estrangeira com instrumento de hedge. A contabilização de hedge foi adotada em razão da exposição ao risco de câmbio dos empréstimos captados em moeda estrangeira, via Lei 4.131/62 do Banco Central. Dessa forma, a fim de se proteger das variações cambiais provenientes de instrumentos de dívida, a Companhia adota estratégia consistente de gerenciamento de risco de mercado. Neste sentido, para mitigar o risco cambial, a Companhia firmou contratos de swap cambial (*cross-currency swap*) e designou esses contratos como instrumentos de hedge para o risco de câmbio em hedges de fluxo de caixa (com previsão de alinhamento prospectivo de todos os termos críticos tais como: valor de referência, vencimento e riscos financeiros associados) conforme detalhado na nota explicativa nº 10. **4.6 Fornecedores*:*** Os fornecedores e operações de risco sacado representam obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido dentro do período de até um ano. Caso contrário, as obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Tais obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **4.7 Arrendamento*:*** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos locados, da prestação de serviço" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia reconhece seu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: • Operações com contratos firmados por prazo superior a 12 meses entram no escopo da norma. • Contratos que envolvam ativos subjacentes de baixo valor não são reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, sendo as contraprestações reconhecidas diretamente no resultado ao longo do prazo do contrato. • Consideram-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período contratual. • A metodologia utilizada na apuração do valor presente dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. • O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de locação que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, quando esta não puder ser prontamente determinada, é utilizada a taxa incremental de empréstimo da Companhia. • A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de locação dos contratos, considerando o disposto na Lei n° 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao locatário o direito de renovação contratual quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referentes ao histórico de renovação dos contratos. • A mensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificação do arrendamento será realizada quando houver alteração relevante dos termos contratuais ou na expectativa de exercício de opções, sendo que os ajustes reconhecidos no ativo de direito de uso contra o passivo de arrendamentos. O detalhamento da composição, a contabilização dos saldos iniciais, bem como sua movimentação até 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados na nota explicativa n° 8. **4.8 Estoque*:*** Compreendem os materiais aplicados para locação de equipamentos. Na entrada, esses bens são registrados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é realizado por meio da emissão da nota fiscal de remessa, momento em que os itens são transferidos para o ativo imobilizado ou reconhecidos conforme sua destinação operacional. **4.9 Reconhecimento da Receita*:*** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela locação de ativos e pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar quando a receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. a) Locação e prestação de serviços*:* A receita de locação é reconhecida ao longo do prazo do contrato, quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia, em conformidade com o regime de competência. A entrega dos equipamentos ocorre quando o locatário aceita os produtos de acordo com o contrato de locação, sendo que o reconhecimento da receita considera que as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a que a Companhia possua evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Receita financeira*:* A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. **4.10 Instrumentos financeiros*:* Classificação*:*** A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado (CA), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no modelo de negócios adotado para sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos, sendo mensurados inicialmente pelo valor justo. Classificação dos ativos e passivos financeiros e mensuração subsequente:

	Classificação NBC TG 48
Ativos financeiros (Circulantes e Não Circulantes)	
Equivalentes de caixa	VJR
Aplicações financeiras	VJR
Contas a receber de clientes	CA
Outras contas a receber	CA
Instrumentos financeiros derivativos	VJORA
Passivos financeiros (Circulantes e Não circulantes)	
Empréstimos e financiamentos	CA
Passivos de arrendamento	VJR
Fornecedores	VJR
Instrumentos financeiros derivativos	VJORA

Reconhecimento e mensuração*:* O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que façam o maior uso possível de informações observáveis de mercado e minimizem o uso de informações não observáveis. **Desconhecimento*:* Ativos financeiros*:*** A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos. ***Impairment* de ativos financeiros*:*** A Companhia avalia as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para o contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem retrospectiva, sem efeito monetário, conforme permitido pelo IFRS 9 e pela NBC TG 48, e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil dos recebíveis desde o reconhecimento inicial. **Compensação de instrumentos financeiros*:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Impairment* de ativos não financeiros*:*** Caso exista alguma evidência significativa, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso do ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **Demais ativos e passivos*:*** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **4.11 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*:*** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, o referido instrumento de proteção é classificado como hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido. No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; • O efeito de risco de crédito não domina as alterações no valor decorrente dessa relação econômica; e • O índice de hedge da relação de corresponde a proporção entre a quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de hedge. A Companhia utiliza contratos futuros de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes para sua exposição à volatilidade nos preços. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como despesa financeira. Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente do objeto de hedge. Para quaisquer outros hedges de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado. Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante acumulado em outros resultados abrangentes permanece em outros resultados abrangentes acumulados enquanto houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor é imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuação da contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados é contabilizado, conforme a natureza da transação subjacente, conforme descrito acima. **4.12 Tributação:** As receitas de vendas, locações ou prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ("ISS") às alíquotas vigentes e são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são deduzidos no custo de aquisição dos investimentos aplicados no ativo não circulante (Imobilizado e ou intangível) e do custo dos produtos ou serviços prestados na demonstração do resultado, quando aplicável. Os débitos decorrentes das receitas contábeis e os créditos decorrentes das despesas contábeis são apresentados de forma dedutiva nas respectivas linhas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. **4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social: a)** Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente: A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido ("CSLL") que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais para o IRPJ e 9% para a CSLL, e reconhecido no resultado pelo regime de competência. Os passivos correntes provisionados são calculados com base na legislação em vigor nas datas de encerramento dos exercícios, ajustados pelas compensações dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, obedecendo ao limite estipulado em legislação específica. **b)** Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido: A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações contábeis e, quando necessário é reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados utilizando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável no período em que essas diferenças temporárias são realizadas. O lucro tributável futuro pode diferir das estimativas utilizadas na avaliação da necessidade de reconhecimento e da mensuração do ativo fiscal diferido, podendo impactar o valor efetivamente realizado desses créditos. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos. Os estudos projetados consideram o histórico da Companhia, premissas e a expectativa de lucratividade nos próximos anos, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos tributários em períodos futuros. **4.14 Ajustes a valor presente de ativos e passivos**: O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é calculado e somente registrados se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não havia registrado nenhum valor a título de ajuste a valor presente para seus ativos e passivos, em razão da sua irrelevância nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **4.15 Provisões para ações judiciais**: As provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando a Companhia, com base na avaliação de seus advogados externos, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para sua liquidação, sendo os valores registrados com base na melhor estimativa da Administração. **4.16 Variação cambial**: Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais decorrentes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o exercício ou em demonstrações contábeis anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado do exercício que surgirem, e ganhos ou perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira. **4.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes, alterações e interpretações:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação na demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades passam a ser obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras representam alterações relevantes em relação à norma anterior. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. Adicionalmente, foram realizadas alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional", bem como a eliminação da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa relacionados a dividendos e juros. Também foram promovidas alterações consequentes em outros pronunciamentos. O IFRS 18 e as alterações correlatas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada, a qual deverá ser divulgada. No Brasil, a adoção antecipada dependerá de aprovação prévia pelo órgão regulador competente. O IFRS 18 será aplicado de forma retrospectiva. A Companhia avaliará os impactos dessas alterações nas demonstrações contábeis primárias e nas notas explicativas quando da sua adoção. **b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nos demais padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, ao final do período de reporte, a entidade deve ser controlada, conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada. Considerando que a Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e não possui instrumentos patrimoniais negociados publicamente, a elegibilidade para adoção do IFRS 19 será avaliada oportunamente, caso aplicável à sua estrutura societária. Até o momento, não se espera que essas alterações produzam impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia. **4.18 Remuneração baseada em ações ("Stock Options" - SOP):** A Arklok oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgadas. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza o modelo de precificação de opções de Black-Scholes, apurado na data da outorga, considerando o período de serviço exigido pelo plano. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados, em contrapartida ao aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que o serviço é prestado e, quando aplicável, as condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações liquidadas com instrumentos patrimoniais, em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date), reflete a extensão na qual o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de instrumentos patrimoniais que, ao final, serão adquiridos. A despesa ou crédito reconhecido na demonstração do resultado do período representa a variação na despesa acumulada entre o início e o final do respectivo período. A despesa acumulada reconhecida reflete a melhor estimativa da Companhia sobre o número de opções que serão efetivamente adquiridas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos Conta Depósito	11.719	8.300
Aplicações Financeira de Liquidez Imediata	134.392	67.587
	146.111	**75.887**

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, mantidos juntos a instituições financeiras de primeira linha, com liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor, remunerados a taxas que variam substancialmente entre 100% e 101,5% do CDI (96% a 101,5% do CDI em 2024).

6. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Faturas a receber - Locação de equipamentos e serviços	68.850	60.676
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (a)	(5.987)	(1.903)
	62.863	**58.773**

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

Aging	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	49.193	42.070
Títulos vencidos		
Até 30 dias	6.516	8.527
De 31 a 60 dias	2.796	3.746
De 61 a 180 dias	6.512	4.792
De 181 a 365 dias	3.833	1.540
	68.850	**60.676**

a) Refere-se ao saldo de perda decorrida e de perda esperada, conforme detalhado: **i.** Perda Decorrida: Nas operações em que a Companhia assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 180 dias são provisionados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento. Eventuais valores recuperados são reconhecidos como recuperação de crédito. A Arklok esgota as possibilidades de cobranças com 365 dias após o vencimento original do título, e baixará os títulos (*write off*) os contratos faturados e não recebidos. **ii.** Perdas por Arrasto: Entende-se como arrasto o efeito de perda e baixa de todos os créditos atribuídos a um mesmo Devedor. O arrasto é aplicado quando as premissas previstas na política interna não são alcançadas. **iii.** Perda Esperada: No reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, a Arklok assume o risco de crédito em resultado, a provisão de perdas, calculado através do percentual de inadimplência identificado no estudo interno da inadimplência da Companhia sobre seu faturamento. As provisões de perda esperada serão estornadas com 180 dias ao reconhecimento e serão contabilizadas as perdas decorridas.

7. Imobilizado e Intangível

7.1 Imobilizado: O saldo acumulado é composto por:

	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025
Computadores, telefonia e periféricos	917.387	(379.984)	537.853
Gastos com implantação	61.363	(20.400)	40.964
ICMS Difal s/ Compra Equipamentos	11.022	(2.838)	8.184
Benfeitorias Imóveis Terceiros	4.162	(1.877)	2.285
Móveis e Utensílios	1.978	(322)	1.656
Máquinas e equipamentos	685	(184)	501
	997.048	**(405.604)**	**591.441**

	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2024
Computadores, telefonia e periféricos	748.560	(274.667)	473.893
Gastos com implantação	42.790	(10.086)	32.703
ICMS Difal s/ Compra Equipamentos	4.548	(727)	3.821
Benfeitorias Imóveis Terceiros	4.145	(1.639)	2.506
Móveis e Utensílios	444	(75)	369
Máquinas e equipamentos	241	(64)	176
	800.728	**(287.258)**	**513.467**

Abaixo a movimentação do ativo imobilizado:

	Vida útil	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/12/2025
Computadores, telefonia e periféricos	De 2 a 8 anos	473.891	184.882	(2.344)	(116.712)	(1.868)	537.853
Gastos com implantação (a)	5 anos	32.704	19.240	(634)	(10.340)	(6)	40.964
ICMS Difal s/ Compra Equipamentos	5 anos	3.821	4.675	-	(1.781)	1.468	8.184
Benfeitorias Imóveis Terceiros	De acordo com contrato	2.506	752	-	(977)	4	2.284
Móveis e Utensílios	10 anos	369	1.143	-	(99)	244	1.656
Máquinas e Equipamentos	10 anos	175	215	(7)	(38)	158	501
		513.467	**210.907**	**(2.985)**	**(129.949)**	**-**	**591.441**

	Vida útil	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/12/2024
Computadores, telefonia e periféricos	5 anos	349.798	239.676	(4.806)	(112.324)	1.545	473.891
Gastos com implantação (a)	5 anos	20.663	17.890	(178)	(5.962)	290	32.703
ICMS Difal s/ Compra Equipamentos	5 anos	1.438	2.882	-	(515)	16	3.821
Benfeitorias Imóveis Terceiros	De acordo com contrato	3.213	852	(7)	(1.551)	-	2.506
Móveis e Utensílios	10 anos	279	58	-	(71)	102	369
Máquinas e equipamentos	10 anos	122	133	-	(21)	(57)	175
Imobilizado em Andamento - Ativos	-	1.409	488	-	-	(1.897)	-
		376.923	**261.978**	**(4.991)**	**(120.446)**	**-**	**513.467**

(a) Correspondem aos gastos relacionados à ativação de um equipamento no cliente, tais como gastos de pessoal dedicado as implantações, fretes e serviços de implantação.

A Companhia, de acordo com sua política contábil e controles internos, revisitou a vida útil de seus ativos imobilizados, tendo seus efeitos contabilizados no exercício de 2025 de forma prospectiva conforme descrito na nota explicativa n° 4.3. O valor residual é avaliado anualmente pela Administração da Companhia, e sendo apurado com base na estimativa de recuperabilidade ou venda desses ativos no mercado atual. Eventuais impactos decorrentes da revisão das estimativas são reconhecidos prospectivamente. Os bens classificados como "Computadores e Periféricos" e "Equipamentos Leasing", estão representados em sua maioria, por equipamentos locados aos clientes, lastreados em contratos de locação, representando 98,72% em 2025 (94,46% em 2024) dos ativos imobilizados.

7.2 Intangível: O saldo acumulado é composto por:

	Custo	Amortização	31/12/2025
Softwares ou programas de computador	19.726	(6.517)	13.209
Licenças de softwares - uso tempo determinado	30.732	(20.694)	10.038
	50.458	**(27.211)**	**23.247**

	Custo	Amortização	31/12/2024
Licenças de softwares - uso tempo determinado	13.298	(4.608)	8.690
Softwares ou programas de computador	8.309	(2.724)	5.585
	21.607	**(7.332)**	**14.275**

Está composto como segue:

	Taxa de Amortização %	Saldo em 31/12/23	Custo	Amortização	Transferência/ Baixa	Saldo em 31/12/24	Custo	Amortização	Transferência/ Baixa	Saldo em 31/12/25
Softwares e Licenças de Computador	De 1 a 5 anos	2.664	14.044	(6.123)	3.690	14.275	27.938	(19.071)	105	23.247
Intangível em Andamento	*	2.987	702	-	(3.690)	-	4.692	-	(4.692)	-
		5.651	**14.747**	**(6.123)**	**-**	**14.275**	**32.630**	**(19.071)**	**(4.587)**	**23.247**

8. Arrendamentos

O direito de uso e o passivo de arrendamento foram registrados aplicando as seguintes premissas: **i.** Definição de contrato de arrendamento: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/*IFRS* 16 a todos os contratos celebrados vigentes em 1° de janeiro de 2019 identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) /*IFRS* 16; **ii.** Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa, em base linear ao longo do prazo do arrendamento; **iii.** Aplicação de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características similares (tais como os arrendamentos com prazo de remanescente similar e classe similar de ativo subjacente); **iv.** A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *Impairment* e não identificou impactos no balanço patrimonial na adoção inicial. **a) Direito de uso sobre arrendamentos:** Movimentação das contas do ativo de direito de uso líquido no exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Direito de uso	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Locação Imóvel Administrativo	445	178	(2)	(620)	-	7.419	-	(938)	6.481
Locação Operacional	1.630	774	(24)	(606)	1.775	133	(171)	(711)	1.027
	2.075	**952**	**(26)**	**(1.225)**	**1.775**	**7.552**	**(171)**	**(1.649)**	**7.508**

Para fins de apresentação, o termo "amortização" utilizado na tabela corresponde à depreciação do ativo de direito de uso, calculada pelo método linear conforme o CPC 06 (R2). O prazo de locação dos imóveis utilizados para fins de depreciação do direito de uso varia entre 2 e 8 anos. **b) Passivo de Arrendamento:** Os passivos reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção. Movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Direito de uso	Saldo em 31/12/2023	Adições	Apropriação Juros	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Apropriação Juros	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Locação Imóvel Administrativo	484	178	26	(688)	-	7.419	747	(1.340)	6.826
Locação Operacional	1.717	773	214	(772)	1.931	133	4	(892)	1.177
	2.201	**951**	**239**	**(1.461)**	**1.931**	**7.552**	**752**	**(2.233)**	**8.003**

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante	1.480	692
Não Circulante	6.523	1.239
	8.003	**1.931**

c) Fluxo de pagamento de arrendamentos a vencer por exercício

Arrendamentos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Vencimentos em 2025	-	877
Vencimentos em 2026	2.316	804
Vencimentos em 2027	2.016	520
Vencimentos em 2028	1.521	50
Vencimentos em 2029	1.519	-
Vencimentos em 2030	1.519	-
Vencimentos em 2031	1.519	-
Vencimentos em 2032	506	-
Total fluxo de pagamentos	**10.917**	**2.251**
Ajuste a valor presente	(2.917)	(320)
Total arrendamento	**8.003**	**1.931**

9. Fornecedores

Composto substancialmente por obrigações junto a fornecedores de equipamentos de informática e telefonia, relacionados à aquisição de ativos destinados a locação, bem como a serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	**73.064**	**79.413**
Circulante	66.684	79.413
Não Circulante	6.380	-

10. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2025			31/12/2024		
Modalidade	Taxas	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Debêntures/NC	CDI + 2,65%	10.182	596.848	607.030	30.211	278.579	308.790
Empréstimo 4131	CDI + 2,20%	66.039	58.434	124.473	63.180	87.643	150.823
Leasing	Entre Pré 2,75% a 24,55%	7.496	7.637	15.134	18.086	1.637	19.723
Empréstimo	Pré 8,99%	-	-	-	1.049	-	1.049
Empréstimo	125% CDI	-	-	-	22.679	75.297	97.977
Empréstimo	Pré 8,73%	-	-	-	868	-	868
Empréstimo	Pré 9,38%	-	-	-	406	-	406
		83.717	**662.919**	**746.636**	**136.481**	**443.156**	**579.637**

(i) O instrumento financeiro passivo está protegido da volatilidade de moeda estrangeira e taxa de juros por meio da aplicação de através do Hedge hedge accounting, conforme descrito na Nota 4.11.. O contrato é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, sendo efetivo, e protegido, efetivo e operacionaliza a troca da variação cambial e da taxa originalmente contratada por uma taxa equivalente a CDI + spread, em moeda corrente nacional (R$). Abaixo o fluxo de pagamento dos empréstimos e financiamentos a vencer por exercício:

	31/12/2025	31/12/2024
Vencimentos em 2025	-	112.054
Vencimentos em 2026	83.717	130.719
Vencimentos em 2027	153.795	129.081
Vencimentos em 2028	190.537	129.081
Vencimentos em 2029	159.293	78.702
Vencimentos em 2030	159.293	-
	746.636	**579.637**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício é:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**439.121**
Captações	408.198
Pagamento de principal, juros	(361.461)
Pagamento de custos de captação	(4.046)
Juros Apropriados	73.043
Variação Cambial	24.782
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**579.637**
Captações (a)	755.823
Pagamento de principal e juros	(682.171)
Pagamento de custos de captação	(10.393)
Juros Apropriados	109.289
Variação Cambial (b)	(5.549)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**746.636**

a) Em 2025 a Companhia substancialmente contratou uma nova operação de crédito na modalidade dívida sindicalizada, junto a um conjunto de instituições financeiras, com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital e alongar o perfil do endividamento. Os recursos captados foram utilizados, substancialmente, para a liquidação antecipada de determinadas obrigações financeiras anteriormente contratadas, resultando na redução do custo, alongamento relevante do prazo médio da dívida e maior previsibilidade financeira. **b)** A variação cambial corresponde à atualização econômica do valor da captação em moeda estrangeira na data de fechamento. Contudo esse valor é protegido pela estratégia de *hedge*, para não afetar o caixa e seu resultado pela volatilidade. As modalidades de empréstimos classificados como Debêntures/NC, 4131 e um leasing possuem *covenants.* Os demais empréstimos não possuem essa cláusula. Os *covenants* contratuais com os credores determinam que o endividamento deve ser mantido dentro de limites múltiplos do EBITDA dos últimos doze meses (*Last Twelve Months* - LTM) e, no encerramento do exercício, a Companhia encontra-se em conformidade com os índices estabelecidos.

continua...

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 03/04/2026 00:31:00 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Docusign Envelope ID: 8315BBD4-4078-87EF-834E-F6DB97F2F77E

...continuação

Arklok Equipamentos de Informática S.A. - CNPJ nº 10.489.713/0001-14

11. Contingências trabalhistas, tributários e cíveis
A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Por isso a Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas administrativas e judiciais. A seguir o cenário em 31 de dezembro de 2025 e 2024 de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia: **a)** A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão, sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e seus reflexos, bem como insalubridade e periculosidade. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas totalizam o montante de R$ 941 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 177 em 2024). **b)** A Companhia é parte ativa em processos cíveis e tributários em andamento. Entretanto, não foram constituídas provisões, pois não existem contingências cuja perda foi avaliada como provável.

12. Patrimônio líquido
a) Capital social: O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R$ 4.953. O total do Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$7.020. **b)** Reserva Legal: A reserva legal é uma exigência da legislação brasileira, prevista no artigo 193 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Na ausência de disposição diversa no Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, até que esta atinja o limite de 20% do capital social. Em decorrência do prejuízo líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram constituídas novas reservas legais. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída a reserva no valor de R$ 220 em decorrência do resultado do exercício. Para 31 de dezembro de 2025 a Companhia reverteu a reserva de R$ 282 para absorção do resultado do exercício. **c)** Lucros e/ou Dividendos a distribuir: O Estatuto Social da Companhia assegura dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal. Nos exercícios de 2025 e 2024 não foram distribuídos lucros ou dividendos antecipados. **d)** Reserva de lucros: É constituída pelo lucro líquido remanescente, após as apropriações previstas no Estatuto Social da Companhia, ficando à disposição dos acionistas para futura distribuição de dividendos, absorver prejuízos futuros ou para aumentar capital. **e)** Reserva de lucros retidos: Consiste na parcela do lucro líquido da Companhia retido para investimentos e expansão de suas atividades. Para 31 de dezembro de 2025 a Companhia utilizará da reserva de investimentos no valor de R$ 4.779 para absorção do resultado do exercício. (constituição de R$ 689 em 2024). **f)** Reserva de investimentos: A Companhia constitui reserva de investimentos dentro do plano de investimentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tinha o saldo de reserva (R$40.603) e para 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou a compensação do prejuízo do exercício com reserva de investimentos no valor de R$ 25.863. **g)** Transações com pagamentos baseados em ações: A reserva de pagamentos baseados em ações é utilizada para reconhecer o valor das remunerações liquidadas em ações baseadas em ações oferecidas aos empregados, incluindo os principais executivos da Companhia. Para mais detalhes sobre esses planos, vide nota explicativa n° 21.

13. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Receitas de locações:		
Receita com locação	**385.410**	**313.629**
Receitas com serviços prestados		
Receita com serviços prestados	12.517	16.328
Outras receitas operacionais	6.621	7.113
Total da receita operacional bruta	**404.547**	**337.070**
COFINS sobre vendas	(29.182)	(23.049)
Cancelamentos e devoluções	(17.916)	(29.190)
PIS sobre vendas	(6.336)	(5.073)
ISS sobre serviços	(256)	(242)
Receita operacional líquida	**350.859**	**279.517**

14. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	31/12/2025	31/12/2024
Custos com depreciação e amortização	(149.729)	(127.750)
Custo com pessoal	(26.059)	(22.421)
Custos de locação e serviços	(17.518)	(14.770)
Outros custos dos serviços prestados	(8.416)	2.124
	(201.722)	**(162.817)**

15. Despesas comerciais

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(16.182)	(18.252)
Despesa com Propaganda	(1.481)	(2.197)
Despesa com feiras e eventos	(1.422)	(2.042)
Outras despesas comerciais	(1.016)	(1.227)
	(20.101)	**(23.718)**

16. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(28.802)	(21.123)
Serviços de terceiros	(7.956)	(6.919)
Outras provisões e despesas	(3.088)	(3.991)
Depreciação e Amortização	(938)	-
Despesas com viagens	(936)	(1.310)
Outras despesas administrativas	(3.666)	(1.277)
	(45.386)	**(35.086)**

17. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	7.239	10.500
Outras receitas financeiras	1.312	940
	8.551	**11.440**
Despesas financeiras		
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(109.289)	(73.264)
Descontos concedidos	(1.645)	(1.736)
Outras despesas financeiras	(1.028)	(2.072)
	(111.962)	**(77.073)**

18. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente
a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes: A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados trimestralmente ao resultado efetivo da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é apresentada conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Fiscal antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(22.812)**	**(11.583)**
Alíquota combinada de Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	**7.756**	**3.938**
Ajustes para cálculo do crédito tributário correntes:		
(+) Despesa de juros indedutível - subcapitalização	**(5.604)**	**-**
(+) Outros ajustes permanentes	**(1.833)**	**(142)**
(+) Ajustes de períodos anteriores	**(8.430)**	**9.289**
Despesa de Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(8.111)**	**9.147**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(1.592)**	**-**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(6.519)**	**13.085**
Taxa Efetiva %	**36%**	**-112%**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: Os saldos referem-se principalmente a Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis, instrumentos financeiros derivativos e prejuízos fiscais, cuja realização depende da geração de lucros tributáveis futuros:

	31/12/2024	Movimentação Resultado	Outros resultados abrangentes	31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	18.326	(10.731)	-	7.595
Provisões	3.118	2.324	-	5.442
Instrumento Derivativos	(5.470)	1.886	2.839	(744)
Saldo diferido	**15.974**	**(6.519)**	**2.839**	**12.293**

A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:

	31/12/2025
2025	-
2026	725
2027	4.257
2028	6.820
2029	491
Total	**12.293**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

19. Instrumentos financeiros
19.1 Gestão do risco de capital e financeiros: A Arklok administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas envolvidas em suas operações, por meio da otimização do equilíbrio entre dívidas e patrimônio líquido. A gestão do capital é feita periodicamente pela Administração, com o acompanhamento do fluxo de caixa e dos compromissos financeiros com vencimento nos próximos seis meses. A Administração também monitora indicadores de alavancagem financeira, incluindo a relação dívida líquida sobre EBITDA, em conformidade com os *covenants* contratuais vigentes. A Arklok mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à manutenção da liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros, com o objetivo de proteção, é realizada por meio de análise periódica da exposição aos riscos de mercado, tais como variação cambial e taxa de juros, a qual é submetida aos órgãos competentes da Administração para aprovação e posterior operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em comparação às condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **19.2 Categorias de instrumentos financeiros**: O contas a receber é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, é necessário julgamento significativo para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que o contas a receber, os créditos e débitos com terceiros, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo método da taxa efetiva de juros, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **• Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para os ativos ou passivos idênticos. **• Nível 2**: "inputs" diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). **• Nível 3:** "inputs" para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). O nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo por meio do resultado da Companhia, apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são classificados como:

	Classificação	Hierarquia de valor justo	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 5)	**(1)**	**Nível 1**	146.111	75.887
Contas a receber (NE nº 6)	**(2)**	**Nível 2**	62.863	58.773
Instrumentos financeiros derivativos	**(1)**	**Nível 1**	2.189	16.088

(1) Ativos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado;
(2) Mensurados ao custo amortizado.
O nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros passivos mensurados a valor justo por meio do resultado da Companhia, apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são classificados como:

	Classificação	Hierarquia de valor justo	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros:				
Outros passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos (NE nº 10)	**(2)**	**Nível 2**	746.636	579.637
Fornecedores (NE nº 9)	**(2)**	**Nível 2**	73.064	79.413
Obrigações Tributárias	**(2)**	**Nível 2**	3.157	1.672
Obrigações Trabalhistas	**(2)**	**Nível 2**	16.391	12.443
Outras contas a pagar	**(2)**	**Nível 2**	2.081	3.741
Passivo de arredamento (NE nº 8)	**(2)**	**Nível 2**	8.003	1.931

(1) Passivos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado; (2) Mensurados ao custo amortizado.
No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2. Instrumentos financeiros derivativos (swap cambial) e mensuração de valor justo na relação de hedge accounting. Em 2023, a Companhia contratou empréstimo em euro ( ), efetuado por meio da Lei 4.131, qual possui instrumento financeiro derivativo (swap) com objetivo de mitigar o risco cambial, promovendo a troca de exposição em Euro (€) para Real (R$). O instrumento de hedge foi contratado conjuntamente ao empréstimo com a respectiva instituição financeira (dívida em euro + swap cambial para Real em contrapartida a um percentual do CDI). Dessa forma, os termos críticos das transações, tanto das dívidas como dos swaps, são semelhantes, de modo que economicamente o resultado dessas transações seja uma dívida em Reais atrelada ao CDI. Estes derivativos foram designados em uma relação de hedge de fluxo de caixa quando da proteção do risco cambial, sendo que a estratégia de gerenciamento de risco definida pela Companhia propõe a proteção de 100% destas exposições. O índice de hedge foi estabelecido em aproximadamente 100% na data da designação e manteve relação econômica efetiva prospectivamente, dentro da margem definida pela Companhia, até a data de emissão destas demonstrações contábeis. O impacto do item protegido no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é demonstrado abaixo:

Em 31 de dezembro de 2025	Valor nocional em moeda estrangeira	Valor nocional em reais	Valor contábil em Reais (MtM)	Valor contábil em Reais	Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes
Swap de variação cambial em Euro	22.556	120.000	2.189	120.000	(17.044)

Em 31 de dezembro de 2024	Valor nocional em moeda estrangeira	Valor nocional em reais	Valor contábil em Reais (MtM)	Valor contábil em Reais	Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes
Swap de variação cambial em Euro	22.556	120.000	16.088	120.000	(8.695)

Abaixo o quadro de movimentação do exercício:

	Hedge de Fluxo de Caixa
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(8.695)**
Ganhos e perdas efetivos reconhecidos em outros resultados abrangentes no período (cash flow hedge reserve)	(7.099)
Ganhos e perdas efetivos reconhecidos em outros resultados abrangentes no período (cost of hedge reserve)	(1.249)
Ganhos e perdas no resultado	129
Inefetividade de derivativo liquidado no período	(129)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(17.044)**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operava contratos de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.
19.3 Riscos de mercado: A Arklok dedica-se à locação de equipamentos de informática e prestação de serviços no contexto do mercado de infraestrutura para Tecnologia da Informação - TI. Além dos riscos que afetam de modo geral esse mercado, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço de materiais e equipamentos de TI, pode também haver risco de mudanças no investimento em infraestrutura voltada para TI, assim como eventuais alterações de regulamentos e leis aplicáveis a esse mercado. Dessa forma, as atividades da Arklok são afetadas de forma geral por diversos riscos de mercado, os quais representam o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, câmbio e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela Administração, com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. **Gestão do risco de taxa de câmbio:** A Companhia possui contratos de empréstimos em moeda estrangeira, cuja exposição está relacionada à variação cambial O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável à qual os passivos ou fluxos de caixa da Companhia estejam expostos. Para mitigar tal exposição, a Administração monitora de forma constante a exposição em moeda estrangeira e contratou instrumento financeiro derivativo do tipo swap cambial para proteção dos fluxos de caixa, conforme descrito na Nota 19.3. **Gestão do risco de taxa de juros:** A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados a taxas pós-fixadas, substancialmente atreladas ao CDI. O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de alterações nas taxas de juros, que podem impactar o montante dos encargos financeiros futuros. A Administração monitora a evolução das taxas de juros e avalia continuamente alternativas de captação e proteção, quando aplicável. **Gestão do risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Arklok restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras consideradas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Arklok restringe sua exposição ao risco de crédito por meio da diversificação da base de clientes e da realização de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, a Companhia constitui provisão para perdas esperadas com base em matriz histórica de inadimplência, conforme descrito na Nota 6. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia concentração relevante de risco de crédito associada a clientes. Nas vendas relacionadas a Governo e órgãos governamentais, podem existir riscos de atrasos inerentes a transações com o setor público, que podem ou não gerar necessidade momentânea de captação de recursos. Historicamente, não foram registradas perdas relevantes nessas transações. A tabela a seguir representa a exposição máxima da Arklok a risco de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros é apresentado líquido de: a) quaisquer montantes compensados de acordo com o pronunciamento técnico IAS 32; b) quaisquer perdas por redução no valor recuperável, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48;
c) quaisquer garantias reais, quando aplicável:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	62.863	58.773

Gestão do risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Arklok não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros em função do descasamento entre os prazos de liquidação de seus ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2025, a Arklok apresentou um capital circulante líquido de R$ 56.868 (R$ 54.232 em 2024). As tabelas a seguir foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, considerando a data mais próxima em que a Arklok deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Como parte relevante dos fluxos de juros é pós-fixada, os valores não descontados foram estimados com base nas curvas de juros vigentes no encerramento do exercício:

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um ano	De um a cinco anos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025:				
Fornecedores		66.684	6.380	**73.064**
Empréstimos e Financiamentos	17,87%	83.717	662.919	**579.636**
Passivo de arrendamento	14%	1.480	6.523	**8.003**
Total		**151.881**	**675.822**	**660.703**
Saldos em 31 de dezembro de 2024:				
Fornecedores		79.413	-	**79.413**
Empréstimos e Financiamentos	16,97%	112.054	467.583	**579.637**
Passivo de arrendamento	14%	877	1.374	**22.251**
Total		**192.344**	**444.175**	**636.519**

20. Remuneração do pessoal-chave da Administração
O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores. A Companhia não possui plano formal de benefícios pós-emprego ou de rescisão específico para o pessoal-chave da Administração. A remuneração total paga ao pessoal-chave da Administração foi de R$ 7.904 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, registrada na rubrica "Salários Pró-labore" nos grupos de "Despesas gerais e administrativas" e "Despesas comerciais".

21. Remuneração baseada em ações ("Stock Options" - SOP)
A Arklok possui a partir do exercício de 2024, o programa de outorga de opções de compra de ações concedidas aos executivos da Companhia, visando promover o estímulo do desempenho dos potenciais beneficiários, bem como o alinhamento dos objetivos da Companhia com seus administradores e empregados, mitigando os riscos na geração de valor e fortalecendo o comprometimento e produtividade destes executivos no longo prazo.
Segue tabela das opções outorgadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Data da Outorga	Data e Validade	Quantidade de Opções
09/01/2024	01/02/2030	115.599
01/10/2024	01/02/2030	73.891

O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o exercício era de R$ 5,36. A faixa de preço de exercício para as opções remanescentes no fim do exercício era de R$78,45 a R$99,92. Em 31 de dezembro de 2025, das 189.490 opções outorgadas nenhuma era exercível ou havia expirado, e 36.782 foram canceladas no exercício findo em 2025. As despesas reconhecidas relacionadas a essas outorgas foram de R$ 250 (R$ 466 em 31 de dezembro de 2024) e foram registrados na rubrica de despesas com pessoal em contrapartida da reserva de capital.

22. Eventos subsequentes
A Companhia, no contexto da elaboração das divulgações das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em de 31 de dezembro de 2025, comunica o seguinte evento subsequente de suas operações ocorridos até divulgação da emissão destas demonstrações contábeis: **a) Entrada de recursos de investidora com participação acionária na Companhia:** A Companhia informa que recebeu em 31 de março de 2025 integralização de recursos pelos acionistas destinados ao aumento de Capital Social e constituição de reserva de investimentos no montante de R$ 143.100.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas da
Arklok Equipamentos de Informática S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Arklok Equipamentos de Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Felipe Kasal Marcos
CRC SP-300620/O

BLOCO DE ONZE AEROPORTOS DO BRASIL S/A

CNPJ/MF 48.725.405/0001-13 - NIRE 35.3.0060467-9

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 26 DE MARÇO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 26 de março de 2026, às 09:35h, em primeira convocação, de modo semipresencial conforme autoriza o artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 ("LSA") e pela Instrução Normativa DREI nº 81/2020, na sede do Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S/A, localizada na Avenida Washington Luís, s/n, bairro de Vila Congonhas, CEP 04.626-911, São Paulo/SP (a "Companhia"), e por meio de videoconferência na plataforma *Lifesize* (https://www.lifesize.com/pt), que viabilizou a participação e o proferimento do voto da única acionista da Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da LSA e alterações posteriores. Presentes, ainda, Renata de Abreu Martins, Diretora Jurídica; Francisco Javier Marín San Andrés, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano e Rodrigo Marabini Ruiz, membros do Conselho de Administração da Companhia; Elena Roldán Centeno, Secretária Geral da Aena, SME, SA e María de los Reyes Escrig Teigeiro, Diretora da Assessoria Jurídica Internacional de Aena Desarrollo Internacional SME, S.A. **3. Publicações:** Publicados no Jornal Diário de Notícias de São Paulo, no dia 25 de março de 2026, na página 9 e também no sítio eletrônico do referido jornal os documentos indicados no art. 133 da LSA, referentes ao exercício social de 2025; sendo dispensada, por força dos §§ 3º e 4º do mesmo art. 133 da LSA, a publicação dos anúncios. **4. Mesa:** Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano - Presidente. Sra. Renata de Abreu Martins - Secretária. **5. Ordem do Dia:** I - Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, se aplicável, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro ou prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e sobre a distribuição ou não de dividendos. II - Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** Deliberar sobre a remuneração global da Administração da Companhia referente aos exercícios de 2025 e 2026; e **(ii)** outros assuntos de interesse da Companhia. **6. Deliberações: 6.1.** Foi aprovada, pela única acionista, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, na forma do artigo 130 §1º da LSA. **6.2.** Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, o único acionista da Companhia aprovou, sem ressalvas, as seguintes deliberações: **I** - Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Respeitado o disposto no §1º do artigo 134 da LSA, foram aprovadas, integralmente e sem reservas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** Considerando que (i) em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025 ("**AGE de 23/12/2025**"), com base no balanço intermediário levantado pela Companhia na data-base de 30 de novembro de 2025, a única acionista deliberou pela destinação do lucro líquido apurado até 30 de novembro de 2025, no valor de R$ 153.220.321,07 (cento e cinquenta e três milhões duzentos e vinte mil trezentos e vinte e um reais e sete centavos); e (ii) a Companhia apresentou, no exercício de 2025, lucro líquido no valor total de R$ 154.342.823,65 (cento e cinquenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos), aprova a destinação do saldo do lucro líquido apurado no exercício de 2025, no valor de R$ 1.122.502,58 (um milhão cento e vinte e dois mil quinhentos e dois reais e cinquenta e oito centavos), da seguinte forma: (a) R$ 56.125,13 (cinquenta e seis mil cento e vinte e cinco reais e treze centavos) são destinados para a reserva legal, adicionalmente aos valores que foram destinados para tal reserva na AGE de 23/12/2025; (b) R$ 927.545,60 (novecentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos) são destinados para a reserva de incentivos fiscais relativa à subvenção para investimentos, adicionalmente aos valores que foram destinados para tal reserva na AGE de 23/12/2025; e (c) R$ 138.831,85 (cento e trinta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos) são destinados para lucros retidos, não havendo, consequentemente, distribuição de dividendos à acionista. **II** - Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** Em conformidade com o disposto no Artigo 6º, §1º do Estatuto Social da Companhia, aprovou-se a remuneração anual global da Administração da Companhia para os exercícios de 2025 e de 2026, conforme documentos devidamente arquivados na sede social da Companhia, como determina o art. 130, §1º, "a", da LSA. Restaram autorizados e ratificados, conforme o caso, todos os pagamentos realizados em conformidade com as deliberações ora aprovadas; **(ii)** Não houve outras deliberações de interesse da Companhia. **7. Declaração de Conformidade:** O Presidente declara que a assembleia atendeu aos requisitos para a sua realização, inclusive, mas sem limitação, as disposições da LSA e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 acerca das assembleias e reuniões virtuais e semipresenciais. **8. Aprovação e Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não tendo havido manifestação, foram suspensas as assembleias, a fim de que fosse lavrada a presente ata. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, achada conforme e aprovada, com as assinaturas registradas em livro próprio, sendo autorizado seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, tendo-se tirado cópias autênticas para os fins legais. Ademais, foram assegurados meios para que a ata possa ser impressa em papel, de forma legível e a qualquer momento, caso solicitado por qualquer acionista. Novamente tendo sido aberta a palavra, sem qualquer manifestação, o Sr. Presidente deu por encerradas as assembleias. **9. Lista de Presença dos Acionistas:** Nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, os membros da mesa certificam que a Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. representada por seu procurador Maurici Lucena Betriu, único acionista da Companhia, registrou presença via sistema de participação eletrônico, sendo considerada, portanto, presente a estas assembleias e ficando a assinatura desta ata e dos livros societários a cargo isoladamente dos membros da mesa, conforme facultado pelo item 5, Seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/2020. Certifica-se que a presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio da Companhia. São Paulo/SP, 26 de março de 2026. Mesa: **Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano** - Presidente; **Renata de Abreu Martins** - Secretária. JUCESP nº 168.941/26-0 em 31/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

LEILÃO DE VEICULOS ONLINE

AGORA VOCE COMPRA SEU VEICULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGOCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE AGORA: WWW.MESQUITALEILOES.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

DIAS 08/04/2026 E 09/04/2026 ÀS 13:30
142 VEÍCULOS: VEÍCULOS PROVENIENTES DE SEGURADORAS, BANCOS, EMPRESAS E RECEITA FEDERAL

LOCAL DO LEILÃO: AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP

ELIZA FERREIRA AFONSO SILVEIRA - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP 1451

NUMEROS DOS CHASSIS
J402731; B047851; H615535; A013252; G344608; M010848; 3N29115; M002729; JM203581; K235935; GP966343; Z100443; 4A23378; B070202; H564352; HT201675; Z219699; P546149; H694311; H994298; B027040; N512223; YV42862; A017011; Z905391; J294707; J424131; J2206485; W572660; J919243; 8310188; B023992; j137859; J471300; B103840; P019287; G539228; J003781; 821630; J726830; J507777; CD80247; 8333700; G107072; H829270; G502363; 826334; 3255241; J502230; 2256381; B155980; N029681; 4010349; C189529; 4282018; 2015099; P181728; B284696; A484416; Y502374; 8454483; C161104; 8024093; G231749; 8589482; P034213; 2203589; J073262; A041781; C118587; C171976; G064713; B1002262; S621472; 5024646; J940126; R187484; 4361667; A205903; B202738; M018061; B107191; 2201277; P039646; P036129; J833784; 552587; U009805; J1797777; 2069557; P548475; A814300; R101649; L627406; B009025; Z103990; B535795; Z106378; J412435; 4030800; G533091; J447274; 9008219; G517012; B038116; C148786; L438156; 8629241; Z414862; C208237; 8506710; 8507021; Z219912; 1115REM; 4051375; H413075; M611760; H050088; S623490; B664624; P060799; P030420; B531120; J198266; A314260; B043974; 5501287; J476111; 2508679; B559372; U264900; 1143961; C189255; J898706; B119515; J095036; 50036164; B533377; 3201459; C674281; BCU016422; C333258; C714482; LP11452; Z110118; U434280; G515583; B570059; G237911; B049281; P082004.

CONDIÇÕES
OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS. DÉBITOS DE IPVA MULTAS DE TRANSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE CORRENDO TAMBEM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVÉL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1093 . IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP TEL.: (11) 5990-3165 . (CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).

Governo do Estado de São Paulo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Hospital Universitário da USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12
Serviço de Compras
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01031314222026 - UASG - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços 90065/2026. **Nº Processo:** 154.00002938/2026-76. **Objeto**: PLACA DE SILICONE. **Total de Itens Licitados**: 01 item licitado (um item licitado). **Valor total da licitação**: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Disponibilidade do edital**: 06/04/2026. **Horário**: das 08h00 às 16h00. **Endereço**: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. **Link do PNCP:** 63025530000104-1-000993/2026. **Entrega das Propostas**: a partir de 06/04/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas**: 16/04/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

HKS EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ/ME nº 63.446.158/0001-00 - NIRE 35268355389

Ata da Assembléia de Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações de Capital Fechado

Data, Hora e Local: Ao 1º dia do mês de dezembro de 2025, às 10h, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Jardim, 633 - Conjunto 81 - Vila Buarque - CEP: 01223-011. **Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), tendo em vista a presença dos sócios quotistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: **SILVIO LUCIO SANTA'ANA JUNIOR**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade RG nº 22.025.965 e do CPF nº 159.936.998-25, residente e domiciliado na Rua Dr. Oscar Monteiro de Barro, 457 -Apt. 161 - Vila Suzana - São Paulo/SP - CEP: 05641-010, e **KARINA SARAIVA DA ROCHA SANT'ANA,** brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da carteira de identidade RG nº 30.602.009-9 e do CPF nº 294.071.248-43, residente de domiciliada na Rua Dr. Oscar Monteiro de Barros, 457 - Apt.161, Vila Suzana - São Paulo/SP, que deliberaram e aprovaram o quanto segue: 1. A transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, de acordo com o disposto nos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil e artigo 220 da Lei nº 6.404/76, com as seguintes características: **(a)** a transformação é deliberada independentemente de dissolução da Sociedade e sem solução de continuidade de suas atividades; **(b)** a sede social da Companhia permanece na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Jardim, 633 - Conjunto 81 - Vila Buarque - CEP: 01223-011; **(c)** a Sociedade passa a denominar-se **HKS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**; **(d)** alterar o objeto social da Companhia para incluir a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, mantendo as demais atividades de compra e venda de bens imóveis próprios; (ii) locação e administração de bens imóveis próprios; **(e)** o capital social, atualmente de **R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**, representado por **110.000,00 (cento e dez mil)** quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, sendo a quantia de **R$ 10.000,00 (dez mil reais) integralizada**, em moeda corrente nacional e o valor remanescente de **R$ 100.000,00 (cem mil reais),** a ser **integralizada pelos acionistas no prazo de até 12 (doze) meses**, contados da data de constituição da sociedade, podendo a integralização ser antecipada, total ou parcialmente, a critério dos acionistas, cujo capital será convertido em ações ordinárias nominativas e passará a ser representado por **R$ 110.000,00 (cento e dez mil)** ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado no Anexo I à presente ata; **(f)** a administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta por 2 (dois) Diretores, sendo um deles designado Diretor Presidente e o outro o Diretor Vice-Presidente, residentes no país, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição sem limite máximo de mandatos consecutivos; **(g)** a remuneração dos membros da administração levará em consideração as regras estabelecidas no artigo 152 da Lei nº 6.404/76 e será aprovada pelos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, a cada exercício; **(h)** a não instalação do Conselho Fiscal neste exercício social; **(i)** a Companhia resultante da transformação sucede a Sociedade até então existente em todos os seus direitos e obrigações. 2. Eleger para compor a Diretoria da Companhia: i.) Sr. **SILVIO LUCIO SANTA'ANA JUNIOR**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade RG nº 22.025.965 e do CPF nº 159.936.998-25, residente e domiciliado na Rua Dr. Oscar Monteiro de Barro, 457 -Apt. 161 - Vila Suzana - São Paulo/SP - CEP: 05641-010 e ii.) **KARINA SARAIVA DA ROCHA SANT'ANA,** brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da carteira de identidade RG nº 30.602.009-9 e do CPF nº 294.071.248-43, residente de domiciliada na Rua Dr. Oscar Monteiro de Barros, 457 - Apt.161, Vila Suzana - São Paulo/SP, para o cargo de Diretora Vice-Presidente; 3. Consignar que o Diretor toma posse nesta data, mediante a assinatura do Termo de Posse (contendo a respectiva Declaração de Desimpedimento) em livro próprio, ora incluído como Anexo II à presente ata, com mandato de 3 (três) anos a contar desta data; 4. Aprovar o Estatuto Social anexo, que constitui o Anexo III à presente ata; e 5. Autorizar o Diretor da Companhia ora eleito a praticar todos os atos e tomar todas as medidas que se fizerem necessários para a implementação da transformação ora aprovada, incluindo os registros, arquivamentos e averbações em órgãos públicos. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos e assinada. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **SILVIO LUCIO SANTA'ANA JUNIOR, KARINA SARAIVA DA ROCHA SANT'ANA.** Advogado Responsável: Philippe André Rocha Gail - OAB SP nº 220.333.

INBRANDS S.A.

(Companhia Aberta) - CNPJ/MF nº 09.054.385/0001-44 - NIRE 35.300.362.870
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da INBRANDS S.A. ("Companhia"), por seu Presidente, Sr. Gilberto Lerio, tem a honra de convidar os Senhores acionistas para se reunirem em 30 de abril de 2026, às 10 horas, em **Assembleia Geral Ordinária** ("AGO"), a ser realizada na sede da Companhia localizada na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Blocos C/E e G - Piso Panamby, lojas 102, I, J e K, Jardim São Luiz, CEP 05804-900, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias objeto das ordens do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2026; (iv) deliberar sobre proposta do orçamento anual da Companhia relativo ao exercício de 2026; e (v) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas. **Informações Gerais:** Para tomar parte e votar na AGO, cada acionista deverá apresentar à Companhia, o seu documento de identidade, documentos comprobatórios de sua representação e comprovante de sua condição de acionista expedido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira depositária das ações de emissão da Companhia, na forma do Artigo 126 da Lei 6.404/1976. Todos os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na forma da legislação aplicável.

São Paulo, 31 de março de 2026
Gilberto Lerio - Presidente do Conselho de Administração

UBS (BRASIL) CORRETORA DE VALORES S.A.

CNPJ nº 61.809.182/0001-30 - NIRE 35.300.013.409

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Hora e Local: 13:00 horas, na sede social da UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. ("Companhia"), na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 11º andar (parte), 13° e 14° andares (parte) - Itaim Bibi, cidade e Estado de São Paulo. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: Rogerio Jemes Gitirana; Secretário: Douglas Henrique Passos Pádua. **Deliberações**: Todas tomadas por unanimidade: ***(a)*** foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o art. 130, § 1º da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"); ***(b)*** foi dispensada a convocação pela imprensa na forma do art. 124, §4º, da LSA; ***(c)*** foi eleito para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2027, para o cargo de Diretor sem designação específica, o Sr. **MARCELO AUGUSTO RAMOS**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº xx.xxx.xxx SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 700, 13º andar (parte), Itaim Bibi; ***(d)*** o Diretor ora eleito declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil, nos termos do Termo de Posse arquivado na sede da Companhia; ***(e)*** foi consignado que o Diretor ora eleito preenche todas as condições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, necessárias para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e ***(f)*** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a ata, que foi lida e assinada por todos os presentes. **Autenticação:** Na forma do Artigo 10º, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, a presente ata é assinada eletronicamente, independentemente da aposição de rubricas em cada página, mediante a utilização de ferramenta independente para esses fins (e.g. Docusign, Clicksign, entre outras). **Assinaturas dos Presentes**: Rogerio Jemes Gitirana - Presidente; Douglas Henrique Passos Pádua - Secretário; Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A., neste ato representado pelos seus Diretores Estatutários Bernardo de Azevedo Silva Rothe e Betina Machado Ferraz, na forma de seu Estatuto Social. **Rogerio Jemes Gitirana** - Presidente da Assembleia, **Douglas Henrique Passos Pádua** - Secretário da Assembleia. **Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.,** Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Betina Machado Ferraz. JUCESP nº 094.136/26-9 em 17/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ALARES INTERNET PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 23.438.929/0001-00 - NIRE 35.300.483.260 - Código CVM nº 02519-4

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026

ALARES INTERNET PARTICIPAÇÕES S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2026, às 16h, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i) Em Assembleia Geral Ordinária:** a. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b. as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; c. a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; d. a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. **(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária:** e. a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia; f. a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores, para o e-mail ri@alaresinternet.com.br, que deverá ser recebida pela Companhia devidamente acompanhada das informações e documentos descritos na versão integral do Edital de Convocação, impreterivelmente, até 26 de abril de 2026 (inclusive) ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@alaresinternet.com.br, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgados pela Companhia. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. A Companhia esclarece que, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das S.A. e do artigo 4º da Resolução CVM nº 70/2022, acionistas titulares de no mínimo 2% do capital social com direito a voto (excluídas do cálculo as ações mantidas em tesouraria), que assim desejarem, poderão solicitar a instalação do Conselho Fiscal. Todos os demais documentos necessários à deliberação dos acionistas para a ordem do dia da Assembleia encontram-se disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br), na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e no *site* de relações com investidores da Companhia (https://ri.alaresinternet.com.br/). Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral deste Edital está disponível nas páginas eletrônicas do jornal Diário de Notícias (http://www.diariodenoticias.com.br/), da Companhia e da CVM.

São Paulo, 06 de abril de 2026.
Denis Marcel Ferreira
Membro do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. LUCAS PAVAN ZANATTA, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2026 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 208/2026 - PROCESSO DIGITAL Nº 5.271/2026

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE FERRAMENTAS.
DATAS, LOCAL E HORÁRIOS PARA A APRESENTAÇÃO
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 06/04/2026 até as 08h30 do dia 17/04/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31 do dia 17/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00 do dia 17/04/2026.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no *link* - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 02 de abril de 2026.
OSIEL ARCÂNGELO - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.

Governo do Estado de São Paulo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Hospital Universitário da USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12
Serviço de Compras
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01031350622026 - UASG - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços 90099/2026. **Nº Processo:** 154.00004943/2026-13. **Objeto**: LUBRIFICANTE PARA INSTRUNENTAIS, PONTA DE ASPIRADOR CIRÚRGICO E OUTROS. **Total de Itens Licitados**: 07 itens licitados (sete itens licitados). **Valor total da licitação**: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Disponibilidade do edital**: 06/04/2026. **Horário**: das 08h00 às 16h00. **Endereço**: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Link do PNCP:** 63025530000104-1-000992/2026. **Entrega das Propostas**: a partir de 06/04/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas**: 16/04/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 03/04/2026 00:31:15 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*